

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Ouvidoria · SIC · Fale Conosco / Contato · Navegação no Portal

 LGPD · Setor Público · RPPS | Versão 2.0 | Maio/2026

Escopo: Aplica-se exclusivamente aos dados tratados pelos canais de Ouvidoria, SIC (Acesso à Informação), Fale Conosco e dados de navegação no portal. Dados cadastrais, funcionais, financeiros, de saúde e de dependentes dos segurados são tratados na Política de Privacidade Geral do RPPS.

Vigência	Atualização	Versão	DPO Designado
Janeiro / 2026	13/05/2026	2.0	Sim (art. 41, §1º, LGPD)

§ Fundamentação Legal

Art. 50, inc. I – LGPD (Lei 13.709/2018) · Art. 3º, inc. XVII – Lei 14.129/2021 · Lei 13.460/2017 · Lei 12.965/2014

Diploma Normativo	Objeto
Art. 50, inc. I – LGPD (Lei 13.709/2018)	Obrigações de publicar política de privacidade acessível ao titular, descrevendo as operações de tratamento realizadas em cada canal digital.

Art. 3º, inc. XVII – Lei nº 14.129/2021	Lei do Governo Digital — impõe privacidade por padrão em todos os serviços públicos digitais, incluindo canais de atendimento, formulários de contato e navegação no portal.
Lei nº 13.460/2017	Carta de Serviços ao Usuário — disciplina a Ouvidoria e o formulário Fale Conosco, exigindo sigilo das manifestações, proteção à identidade do cidadão e prazo de resposta definido.
Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil	Regula a coleta e guarda dos logs de acesso e navegação, fixando retenção mínima de 6 meses e proibindo qualquer uso que não seja segurança da informação.
Lei nº 12.527/2011 – LAI	Lei de Acesso à Informação — disciplina o SIC (pedidos formais de acesso), exigindo atendimento no prazo de 20 dias e vedando exigência de motivação do pedido.

1 Identificação do Controlador

Art. 5º, VI · Art. 9º, I – LGPD

O controlador dos dados pessoais tratados pelos canais de Ouvidoria, SIC, Fale Conosco e durante a navegação no portal é o **FUNPRESMO – Fundo de Previdência Social de Mossâmedes**, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ 07.197.685/0001-57, responsável pelas decisões sobre finalidade, meios e condições do tratamento.

Dado	Informação
------	------------

Denominação	FUNPRESMO – Fundo de Previdência Social de Mossâmedes / GO
Natureza jurídica	Fundo de Previdência Social — Entidade Autônoma (art. 71 da Lei Complementar nº 01/2014) — Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Mossâmedes
CNPJ	07.197.685/0001-57
Responsável legal	ROZELI – Gestora do FUNPRESMO (art. 95, §1º e §3º, da Lei Complementar nº 01/2014)
Endereço	Av. João Ferreira da Cunha, nº 631 – Centro, Mossâmedes / GO – CEP 76150-000 Tel.: (64) 3377-1129
Contato DPO	contato@funpresmo.go.gov.br (64) 99229-6231 Seg–Sex, 08h às 17h

Separação de escopos: Esta política trata exclusivamente dos dados coletados pelos canais públicos de atendimento (Ouvidoria, SIC e Contato) e de navegação. Os dados previdenciários dos segurados são disciplinados na **Política de Privacidade Geral do RPPS**, disponível neste portal.

2 Canal de Ouvidoria

Art. 13, Lei 13.460/2017 · Art. 7º, II · Art. 6º, I – LGPD

A Ouvidoria do FUNPRESMO recebe **reclamações, sugestões, elogios, denúncias e pedidos de providência** sobre os serviços previdenciários. O único dado pessoal coletado neste canal é o que o próprio manifestante escolhe fornecer para fins de identificação e resposta.

Dado coletado	Finalidade	Base legal (LGPD)	Obrigat.?	Retenção
Nome completo	Identificação do manifestante para possibilitar resposta individual	Art. 7º, II – obrigação legal	Opcional *	5 anos
E-mail	Canal de entrega da resposta à manifestação	Art. 7º, II – obrigação legal	Para receber resposta	5 anos
Telefone	Contato adicional para esclarecimento da manifestação	Art. 7º, II – obrigação legal	Opcional	5 anos
Conteúdo da manifestação	Análise, apuração e resposta ao caso relatado	Art. 7º, II – obrigação legal	Obrigatório	5 anos
Número de protocolo	Rastreamento e acompanhamento pelo manifestante	Art. 7º, II – obrigação legal	Gerado automaticamente	5 anos
Data e hora de envio	Controle dos prazos legais de resposta	Art. 7º, II – obrigação legal	Automático	5 anos

* A opção pelo anonimato é garantida. Manifestações anônimas serão apuradas, mas não poderão receber resposta individual.

⚠ **Sigilo garantido por lei (art. 13, §2º, Lei 13.460/2017):** a identidade do manifestante identificado jamais será revelada ao setor ou à pessoa denunciada. O sigilo só pode ser quebrado por determinação judicial expressa.

- Prazo de resposta: até 30 dias corridos, prorrogáveis por mais 30 mediante justificativa fundamentada (art. 14, Lei 13.460/2017).
- Acesso restrito: somente o ouvidor e, quando estritamente necessário, a chefia competente e a assessoria jurídica têm acesso ao conteúdo das manifestações identificadas.
- Sem uso secundário: os dados fornecidos na Ouvidoria são utilizados exclusivamente para análise e resposta à manifestação. Não há cruzamento com dados previdenciários, cadastrais ou funcionais do manifestante.
- Retenção: manifestações e dados associados são mantidos por no mínimo 5 anos após o encerramento, conforme tabela de temporalidade da Administração Pública.

Base legal — setor público (Art. 23 – LGPD): O tratamento realizado pela Ouvidoria fundamenta-se no cumprimento de obrigação legal (Lei 13.460/2017) e no exercício de política pública, dispensando o consentimento do titular nos termos dos arts. 7º, II e III da LGPD.

3 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Art. 9º e 10º, Lei 12.527/2011 (LAI) · Art. 7º, II – LGPD

O SIC é o canal formal para **pedidos de acesso à informação** dirigidos ao FUNPRESMO, nos termos da Lei de Acesso à Informação. O solicitante deve

se identificar, mas o FUNPRESMO não pode exigir que informe a motivação do pedido — e a identificação nunca será condição para o fornecimento de informação de divulgação obrigatória.

Dado coletado	Finalidade	Base legal	Retenção
Nome completo e CPF	Identificação formal do solicitante para resposta e eventual recurso	Art. 10, §1º – LAI · Art. 7º, II – LGPD	5 anos
E-mail ou endereço	Entrega da resposta ao pedido de acesso	Art. 10, §2º – LAI	5 anos
Conteúdo do pedido	Localização, análise e fornecimento da informação solicitada	Art. 7º, II – LGPD · LAI	5 anos
Protocolo, datas e prazos	Controle de prazos legais e tramitação de eventuais recursos	Art. 7º, II – LGPD	5 anos
Resposta emitida pelo RPPS	Comprovação do cumprimento da LAI e auditoria interna/externa	Art. 7º, II – LGPD	10 anos

- Prazo de resposta: 20 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 com justificativa (art. 11, §2º, LAI). O descumprimento gera responsabilização do agente público.
- Vedação de exigência de motivação: o FUNPRESMO não pode exigir nem coletar o motivo do pedido de acesso (art. 10, §3º, LAI). O campo "motivo" não existe no formulário do SIC.

- Recurso administrativo: em caso de negativa, o solicitante tem 10 dias para recorrer. Os dados do recurso são tratados com a mesma política desta seção.
- Confidencialidade da identidade: os dados de identificação do solicitante são de uso interno. Somente a informação fornecida como resposta pode ser tornada pública; nunca os dados pessoais de quem a solicitou.

⚠ A LAI exige que dados *agregados* sobre pedidos de acesso — como número de protocolos, tema genérico e resultado (deferido/indeferido) — sejam publicados em relatórios estatísticos anuais, sempre de forma **anonimizada**, sem identificar o solicitante.

4 Política de Privacidade do Canal Fale Conosco / Formulário de Contato

Art. 7º, II e IX · Art. 6º, I, III e X · Art. 9º · Art. 46 – LGPD · Lei 13.460/2017

O canal "**Fale Conosco**" é um formulário eletrônico disponível no portal institucional do FUNPRESMO que permite a qualquer cidadão, servidor ativo, aposentado, pensionista ou demais interessados enviar **mensagens, dúvidas gerais, elogios ou pedidos de informação não formais** ao RPPS Municipal.

Este canal **não tem caráter formal** e se distingue dos demais conforme o quadro abaixo:

Canal	Uso e distinção
✉ Fale Conosco	Dúvidas gerais, elogios e informações informais. Sem formalidade processual — resposta por e-mail. Esta seção — canal informal.

 Ouvidoria	Reclamações, denúncias, sugestões e pedidos de providência. Canal formal com prazo legal de resposta e sigilo obrigatório. Ver seção 2 desta política.
 SIC – Acesso à Informação	Pedidos formais de acesso a documentos e informações institucionais. Regido pela LAI, com prazo e recurso definidos em lei. Ver seção 3 desta política.
 DPO – Encarregado de Dados	Exercício de direitos do titular previstos na LGPD: acesso, correção, eliminação e demais. Canal direto com o Encarregado designado. Ver seção 7 desta política.

4.1 Dados pessoais coletados no formulário

O FUNPRESMO adota o princípio da **minimização de dados** (art. 6º, III, LGPD), coletando apenas o estritamente necessário ao atendimento da mensagem enviada. Não são coletados dados cadastrais previdenciários, funcionais, financeiros, de saúde ou de dependentes por este canal.

Dado coletado	Obrigatório?	Finalidade	Base legal (LGPD)	Retenção
Nome completo	Opcional	Personalizar a resposta enviada pelo FUNPRESMO	Art. 7º, IX – consentimento	2 anos
E-mail	Obrigatório	Canal de entrega da resposta à mensagem	Art. 7º, II – obrigação legal	2 anos

Telefone	Opcional	Contato complementar quando o assunto exigir esclarecimento adicional	Art. 7º, IX – consentimento	2 anos
Assunto selecionado	Obrigatório	Encaminhar automaticamente ao setor interno responsável pela resposta	Art. 7º, II – obrigação legal	2 anos
Conteúdo da mensagem	Obrigatório	Análise, compreensão e elaboração da resposta ao questionamento	Art. 7º, II – obrigação legal	2 anos
Data e hora do envio	Automático	Controle interno de atendimento e prazo de resposta	Art. 7º, II – obrigação legal	2 anos

Princípio da finalidade (Art. 6º, I – LGPD): Os dados fornecidos pelo canal Fale Conosco são utilizados *exclusivamente* para responder à mensagem enviada. O FUNPRESMO não utiliza esses dados para nenhuma outra finalidade — como atualização cadastral previdenciária, comunicações de marketing, perfil do usuário ou análise comportamental.

4.2 Finalidade e base legal do tratamento

O tratamento dos dados fornecidos pelo formulário Fale Conosco fundamenta-se nas seguintes bases legais previstas na LGPD, aplicadas ao contexto do setor público:

Hipótese de tratamento	Base legal (LGPD)	Aplicação no canal
Cumprimento de obrigação legal	Art. 7º, II · Art. 23, I	Dever de prestar informações ao público sobre os serviços do RPPS (Lei 13.460/2017; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74)
Execução de política pública	Art. 7º, III · Art. 23, I	Atendimento ao cidadão como parte da gestão previdenciária municipal
Consentimento	Art. 7º, I · Art. 9º	Dados opcionais (nome e telefone): fornecidos voluntariamente pelo usuário, que pode omiti-los sem prejuízo ao atendimento
Interesse legítimo	Art. 7º, IX	Registro de data/hora para controle de qualidade do atendimento e eventual defesa em processo administrativo

4.3 Princípios da LGPD aplicados a este canal

- Finalidade (Art. 6º, I): tratamento realizado para propósitos legítimos, específicos e explícitos — exclusivamente o atendimento ao contato recebido.

- Adequação (Art. 6º, II): o tratamento é compatível com a finalidade informada ao titular no momento da coleta, sem desvio ou reutilização indevida.
- Necessidade e minimização (Art. 6º, III): somente os dados estritamente indispensáveis ao atendimento da mensagem são solicitados. Dados opcionais são claramente identificados como tal.
- Livre acesso (Art. 6º, IV): o titular pode consultar a qualquer tempo os dados que forneceu, mediante solicitação ao DPO, gratuitamente.
- Qualidade dos dados (Art. 6º, V): o FUNPRESMO mantém os dados exatos e atualizados apenas enquanto necessários ao atendimento. Não há enriquecimento ou cruzamento com bases externas.
- Transparência (Art. 6º, VI): esta seção informa, de forma clara e acessível, todas as práticas de tratamento de dados do canal Fale Conosco.
- Segurança (Art. 6º, VII): medidas técnicas e administrativas protegem os dados contra acesso não autorizado, destruição ou extravio — detalhadas na seção 4.5 desta política.
- Não discriminação (Art. 6º, IX): o atendimento não poderá ser condicionado ao fornecimento de dados além dos estritamente necessários. Dados opcionais não impactam na qualidade da resposta.
- Responsabilização e prestação de contas (Art. 6º, X): o FUNPRESMO mantém registros do tratamento realizados neste canal para demonstrar conformidade com a LGPD quando requerido.

4.4 Compartilhamento de dados

Os dados fornecidos pelo canal Fale Conosco têm circulação estritamente interna ao FUNPRESMO. O RPPS não os transfere, cede, vende ou compartilha com terceiros, exceto nas hipóteses abaixo, todas amparadas em lei:

- Setores internos do FUNPRESMO: a mensagem pode ser encaminhada ao setor competente (ex.: financeiro, jurídico, benefícios) para elaborar a resposta — sempre dentro da estrutura do RPPS e com acesso restrito ao responsável.
- Poder Judiciário e Ministério Público: exclusivamente em cumprimento a ordens judiciais ou requisições legais formais devidamente identificadas.
- Prestadores de serviço tecnológico (operadores): empresas que mantêm a infraestrutura do portal atuam como operadores de dados sob instrução do FUNPRESMO, vinculados a cláusulas contratuais de confidencialidade e conformidade com a LGPD (art. 37 e 39, LGPD).

O FUNPRESMO **não vende, não cede e não compartilha** os dados do Fale Conosco para fins comerciais, publicitários, de perfilamento ou com quaisquer entidades não relacionadas ao atendimento da mensagem enviada.

4.5 Medidas de segurança da informação

Em conformidade com os arts. 46 a 49 da LGPD, o FUNPRESMO adota as seguintes medidas técnicas e administrativas para proteger os dados recebidos pelo canal Fale Conosco:

Medida de segurança	Descrição	Base
Criptografia de transporte	Toda comunicação entre o navegador do usuário e o servidor do portal é protegida pelo protocolo	Art. 46 — LGPD

	TLS (HTTPS), impedindo a interceptação dos dados em trânsito.	
Controle de acesso por perfil	Somente os servidores do FUNPRESMO designados para o atendimento têm acesso às mensagens recebidas. O acesso é registrado em log com data, hora e identidade do acessante.	Art. 46 – LGPD
Armazenamento seguro	As mensagens e dados associados são armazenados em banco de dados com criptografia em repouso, hospedado em infraestrutura de nuvem com certificações de segurança.	Art. 46 – LGPD
Notificação de incidentes	Em caso de incidente de segurança com risco ou dano ao titular, o FUNPRESMO comunicará a ocorrência à ANPD e ao titular afetado, em prazo razoável.	Art. 48 – LGPD

4.6 Retenção e descarte dos dados

Os dados fornecidos pelo canal Fale Conosco são mantidos pelo prazo necessário ao atendimento da mensagem e por um período adicional para eventual defesa em processo administrativo ou judicial, conforme abaixo:

Tipo de dado	Prazo de retenção	Fundamento	Forma de descarte
Mensagem e dados de identificação	2 anos após a resposta enviada	Art. 15, I e II – LGPD · Tabela de temporalidade	Eliminação segura com registro

Dados de atendimento com repercussão jurídica	Enquanto perdurar o processo + 5 anos	Art. 16, I – LGPD · CPC	Eliminação após decisão transitada
Dados opcionais não utilizados na resposta	Ao término do atendimento	Art. 6º, III – LGPD (minimização)	Eliminação imediata após encerramento

Encerramento do tratamento (Art. 15 – LGPD): Findo o prazo de retenção, os dados serão eliminados de forma segura ou anonimizados, de modo que não seja mais possível identificar o titular, salvo quando a conservação for obrigatória por lei, regulamento ou determinação judicial (art. 16, LGPD).

4.7 Direitos do titular no canal Fale Conosco

Em relação especificamente aos dados fornecidos pelo canal Fale Conosco, o titular pode exercer os seguintes direitos junto ao DPO do FUNPRESMO, de forma gratuita, com resposta em até 15 dias:

- Acesso (art. 18, I e II): solicitar a confirmação de que seus dados foram recebidos e obter cópia da mensagem e dos dados associados registrados no sistema.
- Correção (art. 18, III): solicitar a correção de dados incorretos fornecidos no formulário, como e-mail ou nome digitados com erro.
- Eliminação (art. 18, VI): solicitar a exclusão dos dados fornecidos voluntariamente (nome, telefone) a qualquer tempo, sem prejuízo ao atendimento da mensagem. Dados de obrigação legal não podem ser eliminados antes do prazo.

- Revogação do consentimento (art. 18, IX): o titular pode revogar o consentimento dado para o fornecimento de dados opcionais (nome e telefone) a qualquer momento, sem efeito retroativo.
- Informação sobre compartilhamento (art. 18, VII): solicitar a relação de entidades com quem o FUNPRESMO eventualmente compartilhou os dados do contato.
- Reclamação à ANPD (art. 18, §1º): caso o FUNPRESMO não atenda à solicitação do titular no prazo legal, o titular pode registrar reclamação diretamente junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

4.8 Tratamento pelo setor público — disposições específicas

Por ser uma entidade de direito público, o FUNPRESMO trata os dados do canal Fale Conosco sob as regras específicas previstas nos arts. 23 a 30 da LGPD, que disciplinam o tratamento de dados pessoais por pessoas jurídicas de direito público. As principais implicações são:

- Dispensa de consentimento para dados obrigatórios (art. 23, I): os dados necessários ao atendimento (e-mail, assunto e mensagem) são tratados com base em obrigação legal, independentemente de consentimento formal.
- Publicidade das informações (art. 23, §1º): o FUNPRESMO deve divulgar as operações de tratamento que realiza — como faz por meio desta política —, mas jamais os dados pessoais fornecidos individualmente por cada titular.
- Comunicação entre órgãos públicos (art. 26): caso o conteúdo da mensagem envolva competência de outro órgão público, o FUNPRESMO

pode compartilhar os dados para o encaminhamento correto, mediante comunicado ao titular.

- Responsabilidade do agente público (art. 23, II): o servidor designado para atendimento responde pessoalmente por qualquer uso indevido dos dados recebidos pelo canal Fale Conosco.

⚠ Este canal não aceita dados sensíveis (art. 11, LGPD). O formulário Fale Conosco não é o canal adequado para o envio de informações de saúde, dados biométricos, informações sobre filiação religiosa ou política, dados genéticos ou quaisquer outros classificados como sensíveis pelo art. 5º, II da LGPD. Caso uma mensagem contenha dados sensíveis, eles serão descartados e o titular será orientado a utilizar o canal adequado.

4.9 Quadro comparativo — este canal não substitui a Ouvidoria nem o SIC

Situação do usuário	Canal correto
Dúvida sobre meu benefício ou situação cadastral	✉ Fale Conosco
Reclamação sobre atendimento ou irregularidade no RPPS	🗣️ Ouvidoria (seção 2)
Pedido formal de documentos, relatórios ou demonstrativos	📁 SIC (seção 3)
Solicitar acesso, correção ou eliminação dos meus dados pessoais	🔒 DPO (seção 7)
Elogio, sugestão geral ou pergunta sobre funcionamento do RPPS	✉ Fale Conosco

5 Dados de Navegação no Portal

Art. 15, Lei 12.965/2014 · Art. 7º, IX · Art. 6º, III – LGPD

Durante o acesso ao portal do FUNPRESMO, são coletados automaticamente dados técnicos para fins de **segurança, desempenho e estatísticas agregadas**. Nenhum dado de navegação é utilizado para fins comerciais, perfilamento comportamental ou compartilhamento com redes de publicidade.

Tipo de cookie / dado	Finalidade	Status	Retenção
 Logs de acesso (IP, data/hora, URL, navegador, SO)	Segurança e prevenção a ataques (DDoS, scraping) — obrigatório por lei	Obrigatório por lei — art. 15, Marco Civil	6 meses
 Cookies de sessão	Manutenção de autenticação e preferências de acessibilidade (contraste, fonte). Expiram ao fechar o navegador.	Essencial — dispensam consentimento	Sessão
 Cookies analíticos	Estatísticas anônimas de uso (páginas mais visitadas, tempo médio, dispositivos). Dados	Requer consentimento — art. 7º, IX, LGPD	13 meses

	anonimizados antes do processamento.		
 Cookies de terceiros / publicidade	Não utilizados — o portal não usa rastreamento de terceiros, pixels de publicidade ou scripts de redes sociais integradas.	NÃO UTILIZADOS	—

Como gerenciar cookies no seu navegador: Chrome: Configurações › Privacidade e segurança › Cookies. Firefox: Preferências › Privacidade e segurança. Safari: Preferências › Privacidade. Edge: Configurações › Privacidade, pesquisa e serviços. O bloqueio de cookies essenciais pode limitar funcionalidades, mas não impede o acesso às informações públicas do portal.

Dado de navegação	Finalidade	Base legal	Retenção	Compartilhado?
Endereço IP	Segurança e prevenção a ataques (DDoS, scraping)	Art. 15 – Marco Civil	6 meses	Não
Páginas visitadas e tempo de acesso	Estatísticas agregadas e anônimas de uso do portal	Art. 7º, IX – LGPD	13 meses (anon.)	Não

Tipo de dispositivo e navegador	Otimização de compatibilidade e desempenho	Art. 7º, IX – LGPD	13 meses (anon.)	Não
Preferências de acessibilidade	Manter configuração de contraste e tamanho de fonte	Art. 7º, II – LGPD	Sessão / 1 ano	Não
Dados via Ouvidoria / SIC / Contato	Tratados conforme as seções 2, 3 e 4 desta política	Ver seções 2, 3 e 4	Ver seções 2, 3 e 4	Não

6 Direitos do Titular nestes canais

Art. 18 · Art. 19 · Art. 20 – LGPD

Qualquer pessoa que utilize a Ouvidoria, o SIC, o formulário de Contato ou que navegue no portal possui os seguintes direitos em relação aos seus dados pessoais. O exercício é gratuito e deve ser direcionado ao DPO do FUNPRESMO, com resposta em até 15 dias.

Direito	O que garante	Base legal
Acesso	Confirmar e visualizar os dados pessoais fornecidos nas manifestações, pedidos de acesso, formulário de contato ou gerados na navegação.	Art. 18, I e II – LGPD

Correção	Solicitar correção de dados incorretos ou desatualizados registrados na Ouvidoria, no SIC ou no formulário de contato.	Art. 18, III – LGPD
Eliminação	Pedir eliminação de dados tratados com base no consentimento (ex.: cookies analíticos). Dados de obrigação legal não podem ser eliminados antes do prazo.	Art. 18, VI – LGPD
Informação	Saber com quais entidades o FUNPRESMO compartilhou seus dados e a justificativa para cada compartilhamento.	Art. 18, VII – LGPD
Revogação de consentimento	Revogar o consentimento para cookies analíticos a qualquer momento, sem prejuízo às interações já realizadas.	Art. 18, IX – LGPD
Reclamação à ANPD	Registrar reclamação perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados caso o FUNPRESMO não atenda adequadamente ao pedido do titular.	Art. 18, §1º – LGPD

⚠ Limitação no setor público (Art. 16 – LGPD): dados tratados com base em obrigação legal — como logs de segurança, registros do SIC e dados da Ouvidoria — não podem ser eliminados antes do prazo legal de guarda, mesmo que o titular solicite. O FUNPRESMO informará os motivos por escrito em até 15 dias da solicitação.

7 Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)

O FUNPRESMO designou formalmente um Encarregado (DPO) para receber solicitações, esclarecer dúvidas e servir de canal entre os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A identificação e o contato do DPO são de publicação obrigatória (art. 41, §1º, LGPD).

Encarregado de Dados — DPO · FUNPRESMO	
 Nome e designação	GABRIEL ALVES DA SILVA
 E-mail	contato@funpresmo.go.gov.br
 Telefone	(64) 99229-6231 · Seg–Sex, 08h às 17h
 Endereço	Avenida João Ferreira da Cunha, 631, Centro – Mossâmedes / GO

8 Vigência e Atualizações

Art. 8º, §6º – LGPD

Esta política aplica-se **exclusivamente** ao tratamento de dados pessoais realizado pelos canais de **Ouvidoria**, **SIC**, **Fale Conosco** e durante a **navegação no portal** do FUNPRESMO. Para dados de segurados e processos previdenciários, consulte a Política de Privacidade Geral do RPPS disponível neste portal.

Versão 2.0 — Publicada em maio de 2026. Esta versão substituiu a versão 1.0 (janeiro/2026), com a inclusão do canal "Fale Conosco" (seção 4) e a explicitação do escopo restrito desta política. Alterações relevantes serão comunicadas no portal institucional antes de entrarem em vigor.

FUNPRESMO – Fundo de Previdência Social de Mossâmedes / GO

Política de Privacidade – Ouvidoria, SIC, Contato e Navegação · v2.0 ·

maio/2026

Fundamentação: Art. 50, I, LGPD (Lei 13.709/2018) · Art. 3º, XVII, Lei
14.129/2021 · Lei 13.460/2017 · Lei 12.527/2011 (LAI) · Lei 12.965/2014 (Marco
Civil da Internet)

Desenvolvido por Urbo Soluções em Tecnologia · urboplatform.com.br